



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 21 DE SETEMBRO DE 1999

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhores Chefes de Poderes que nos dão a honra da presença e da companhia aqui; Ministro Velloso, do Supremo Tribunal Federal; Deputado Michel Temer; Senhor Embaixador Seixas Corrêa, Ministro Interino das Relações Exteriores; Senhor Embaixador de Portugal; Senhores Ministros de Estado presentes; Parlamentares; Professor Ernani Rodrigues Lopes; Senhores e Senhoras participantes deste encontro,

É com muita satisfação que venho à abertura das sessões brasileiras do Congresso Brasil–Portugal ano 2000. Desejo, antes de tudo, saudar os coordenadores do Congresso: o Doutor Ernani Lopes e o Ministro Marcos Vilaça, personalidades que muito têm contribuído para a afirmação da lusitanidade.

Aproveito a oportunidade para acrescentar que não é a minha impaciência que faz com que os discursos sejam mais curtos, mas é a minha agenda. E lamento, profundamente, não poder escutá-los – e escutá-los amplamente – depois do que ouvi do Professor Ernani Lopes e do Doutor Marcos Vilaça. Um na sua linha de pensamento

sobre os desafios da globalização e da participação do Brasil e de Portugal nesse processo. O outro, o nosso Ministro Vilaça, que é Ministro do Tribunal de Contas, mas que não se esquece, nunca, que é membro da Academia Brasileira de Letras e nos encanta, sempre, com suas palavras cheias de expressividade.

Também quero estender meus cumprimentos ao Embaixador Lauro Moreira, que cumpriu com discernimento e espírito público as suas atribuições diante do desafio das comemorações dos 500 anos. Hoje tem também o ministro Rafael Greca para ajudar-nos a dar o brilho necessário a essas comemorações.

Estou ciente, naturalmente, dos propósitos amplos e, por isso mesmo, desafiadores deste Congresso Brasil–Portugal. Sei, como já foi dito, que deverá reunir nomes expressivos da intelectualidade luso-brasileira para discutir as perspectivas do diálogo entre os dois países em diferentes áreas do conhecimento – da economia a história, até a política e a sociologia.

Peço, assim, a compreensão dos convidados para ir além do papel protocolar que me cabe e ousar algumas reflexões sobre a nossa multifacetada – e sempre instigante – herança ibérica.

Este Congresso veio em boa hora. Arrisco-me a dizer que o Brasil anseia por leituras atualizadas sobre seus laços com Portugal, leituras que reflitam a opção amadurecida dos dois países pela democracia, como aqui foi dito e como também foi dito pela modernização econômica, leituras que informem o rico repertório em interpretações sobre a matriz ibérica da cultura brasileira, mas que guardem um tom crítico e uma perspectiva de futuro.

Não me custa recordar que, uma vez independentes, nós, brasileiros, apressamo-nos a interpretar o passado. Queríamos dispor de uma tradição que desse lastro ao Estado que se formava. A Nação ou a sua construção impunha-se como um desafio à elite pensante. Varnhagen exemplifica esse momento. Mitificou a Colônia, a origem européia, o Império português, Império a que o Brasil, politicamente emancipado, estaria dando continuidade.

A emancipação teórica viria depois. Iniciou-se com intérpretes como Capistrano de Abreu, já no final do século XIX. O historiador cearense fez da

especificidade brasileira sua maior preocupação, orientando o foco dos grandes feitos para o cotidiano, abrindo espaço para o índio, para o povo miscigenado, substituindo raça por cultura como categorias de análise, e isso quando se afirmava o prestígio da etnografia racista. Capistrano foi, dessa forma, um precursor de Gilberto Freyre.

O século XX nos trouxe *Casa-grande e senzala*. Rompemos de vez com as teses de branqueamento, assumimos a nossa etnicidade. Freyre nos sabia mestiços e comprovou que isso era bom. Realmente, cantou loas a essa mestiçagem. É verdade que o fez sob a ótica do patriarcado, idílica, abafando as tensões sociais, como depois insistiria Florestan Fernandes. Mas representou, sem dúvida, um marco divisor de águas entre um Brasil ressentido de sua negritude e um Brasil orgulhoso de sua mestiçagem. Foi o mais brilhante intérprete de nossa plasticidade cultural, traço que saudava, com justiça, como uma herança ibérica ou, mais precisamente, lusitana.

O legado ibérico voltaria à baila com Sérgio Buarque de Holanda, agora sob um olhar menos apologético. Sérgio não sugeriu que a gesta portuguesa tenha ficado aquém de outros empreendimentos coloniais. Chegou mesmo a destacar a adaptabilidade dos portugueses aos trópicos. A “ética aventureira” dos nossos colonizadores teria sido “o elemento orquestrador por excelência” da diversidade brasileira.

Sérgio não se privou, contudo, de discutir o passivo que acreditava haver sido deixado pela cultura lusitana. Alertou para o viés antidemocrático da “mentalidade cordial”, do apego ao personalismo, a critérios subjetivos na tessitura das relações sociais. O homem cordial não acataria regras gerais, impessoais, sem as quais não vinga a democracia. Tudo passaria pelo crivo pessoal, da família, inclusive – ou, sobretudo – o Estado, o bem que se supõe público. Lembra-nos Antônio Cândido que Sérgio foi o primeiro entre nós a utilizar e compreender o termo patrimonialismo.

Se Sérgio Buarque de Holanda foi pioneiro, não nos faltaram outros leitores argutos do patrimonialismo, entre os quais singularizo Raimundo Faoro, com *Os donos do poder*, retrato eloquente da permanência do poder estamental na vida política brasileira, da Casa de Aviz a

Getúlio Vargas. Para Faoro, a história do Brasil é a história do estamento. Impermeável às pressões sociais, o estamento burocrático ter-se-ia mantido autônomo, da Colônia à República, na definição e gestão da coisa pública.

Transcorridos 41 anos do lançamento de *Os donos do poder*, 63 anos de *Raízes do Brasil* e 66 anos de *Casa-grande e senzala*, é de se perguntar o que permanece de elucidativo nessas obras a respeito do Brasil. Para aqueles que pretendem respostas, cabe sempre a lembrança de que os três livros foram produzidos em contextos específicos e com interlocutores certos. Freyre dialogava com a tese da superioridade racial, Sérgio, com os saudosistas da sociedade patriarcal e os ideólogos autoritários, que viriam a dar amparo ao Estado Novo, e Raimundo Faoro, com a historiografia de sua época. A compreensão do significado dos três ensaios passa por essa contextualização. Seria impróprio cobrar de Freyre, Sérgio e Faoro obras atemporais que sobrevivessem sem desgaste à imprevisibilidade do processo histórico.

Isso posto, não há como deixar de reconhecer que parte do diagnóstico feito por nossos intérpretes conserva a sua autoridade. Vejamos o fenômeno do patrimonialismo. Sabemos que ele sobreviveu a Vargas, progrediu sob o regime militar e, ainda hoje, se coloca no caminho da modernização do Estado. Cheguei a estudar o assunto durante os anos de autoritarismo. Falei na existência do que chamei de “anéis burocráticos”. Buscava representar o conluio que se dava no interior do Estado entre grandes empresários e a alta burocracia para definir onde e como se dariam incentivos públicos. Foi uma das formas encontradas pelo arbítrio para perpetuar a gestão do bem público por interesses localizados.

Com o retorno do estado de direito, o fenômeno assumiu novos contornos, mais transparentes, o que facilitou a sua crítica. Os *lobbies* ganharam os corredores do poder à busca de subsídios e crédito fácil. O estamento se encastelou em nichos cartoriais para defender privilégios e regalias. Fora e dentro do Estado, continuamos a ouvir o refrão de uma metonímia perversa, que projeta interesses tópicos como aspirações gerais, que vê o País como extensão do lar, da repartição ou da empresa.

Mas os últimos 20 anos não podem ser resumidos por esse discurso de uma nota só. Eles nos fizeram ir além. Passamos a ter uma sociedade civil autônoma, não tutelada. Foi ampliado o espaço público. O Estado passou a contar com interlocutores reais. Não me refiro apenas aos partidos criados durante a transição, ao novo sindicalismo, à imprensa – que se fez mais crítica e acurada. Tenho em mente também as organizações não-governamentais, os movimentos sociais e a pléiade de novos atores que se vêm afirmando com as mudanças observadas na estrutura produtiva, boa parte das quais ainda sem canais de representação definidos. Da confluência dessa vozes surgiu uma opinião pública com vigor e capacidade de ressonância inéditos na história do nosso país.

Falo do Brasil, mas sei que essa leitura também seria pertinente em Portugal. Lá, como aqui, a emergência da sociedade civil foi a principal novidade do pós-autoritarismo. Isso nos tem exigido a reforma do Estado. Carcomidos pelo tributo patrimonialista, os Estados brasileiro e português não estavam capacitados a responder demandas sociais de complexidade crescente. Recorremos a terapias semelhantes, baseadas no reconhecimento da importância de orçamentos equilibrados para uma retomada sustentável dos investimentos públicos. Portugal saneou suas finanças no marco da integração européia. Estamos a sanear as nossas com as reformas que meu governo tem adotado, em parceria com o Congresso.

Queria acrescentar, depois de ter ouvido as palavras do Doutor Ernani Rodrigues Lopes, tão pertinentes, que, efetivamente, quando se encara a globalização com uma visão estratégica, tem ele razão em afirmar que esse desafio não pode ser visto apenas como alguma coisa negativa. Tem que ser visto, também, como uma oportunidade. E essa oportunidade não pode ser desperdiçada com um permanente olhar para o retrovisor.

Temos que ver as possibilidades que se abrem, de uma integração que não se faça defensivamente apenas – porque o mercado interno teria de ser preservado – mas, que se faça ativamente, como uma nova conquista. Ninguém melhor do que os portugueses, e aqui foi feita essa trajetória, para nos ensinarem o espírito da conquista. Foram eles, talvez, os primeiros globalizadores da economia capitalista mundial.

Foram eles que, nos albores dos séculos XV e XVI, mudaram o mundo, ocupando espaços nunca dantes navegados. E não os ocupavam apenas porque tivessem a vocação pelo mar, pela busca do infinito, essa busca desse horizonte que se faz sempre necessária, mas que sempre é fugidia. Não foi somente o acaso divino que os levou às costas da Índia, a Moçambique, às costas da África, do nosso lado atlântico, ou ao Brasil. Foi, também, a implantação de um primeiro movimento de globalização do capitalismo comercial.

Se nós temos a esperança que nos inspira a marchar adiante, por que temer? Por que não definirmos juntos, como propõe neste instante, com pertinência, o Doutor Ernani Rodrigues Lopes, por que não marcharmos juntos, brasileiros e portugueses, na busca dos caminhos que se abrem nessa nova fase do capitalismo contemporâneo? É o que estamos fazendo. Se olharmos os dados, veremos que Portugal talvez os tenha feito com mais audácia que nós brasileiros. É só ver o crescimento do investimento direto português no Brasil, que é alguma coisa extraordinária. São aos bilhões a cada ano. Provavelmente, este ano, nós estaremos ao redor de 3 bilhões de dólares. Para Portugal, representa um esforço muito grande. Para o Brasil, é um significado também marcante, porque mostra que Portugal percebeu que aqui, nas terras da América, é o Brasil que pode, realmente, abrir-se a essa nova fronteira do desenvolvimento econômico.

Essa nova fronteira não se abre a qualquer país. Ela se abre ao Brasil porque aqui temos uma base que permite esse crescimento. Essa base não é apenas o tamanho do nosso mercado. Já foi dito pelos que me antecederam – e insisto – que essa base, hoje, tem como forma de coesão a capacidade de produção intelectual, tecnológica e científica.

Se o Brasil não tivesse sido capaz de, durante décadas – a despeito de tudo, com ou sem autoritarismo, com ou sem populismo, com ou sem crise –, ter mantido uma política ativa de formação de quadros, não teríamos hoje a proximidade que temos, que já se transformou em realidade, de abrigar tantos e tão grandes e tão complexos investimentos.

A despeito de todas as críticas – muitas delas válidas – mantivemos um sistema de ciência e tecnologia em ampliação, e, durante décadas,

oferecemos 50, 60 mil bolsas de mestrado e doutorado. Fizemos uma transformação imensa no nosso ensino. Se não tivéssemos feito isso, não teríamos sido capazes, como hoje somos, de estar à frente, por exemplo, da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, desenvolvida no Brasil, ou de estarmos vendendo, com grande vantagem, aviões comerciais com uma capacidade de competição bastante marcada. Temos uma empresa como a Embrapa, que permitiu que os brasileiros – talvez sem perceberem a importância do feito – tivessem sido capazes de conquistar as savanas do Brasil Central, estas terras que estão aqui, no Planalto Central, e que eram consideradas incultiváveis. Hoje são fonte de uma riqueza inesgotável, que é a nossa produção agrícola baseada no desenvolvimento de sementes apropriadas e tecnologias apropriadas desenvolvidas por nós na Embrapa.

Se temos isso, se temos essa capacidade, se olharmos o hemisfério, hoje, vamos ver que, talvez com a exceção do México – certamente sob os influxos de sua ligação com os Estados Unidos –, temos uma condição positiva de inserção no sistema internacional de produção. Talvez só o Brasil, com o Mercosul, tendo sempre presente a importância da Argentina, a despeito do que possa acontecer conjunturalmente, a despeito disso mas tendo a visão estratégica de que o Mercosul é fundamental, talvez seja só o Brasil, em todo este hemisfério, com a exceção já referida, capaz de abrigar uma base produtiva que se remodelou. Quando os especialistas em retrovisor só falam em sucateamento da indústria, o que aconteceu foi o oposto: uma tremenda remodelação. Só o Brasil tem essa condição, hoje, de uma participação mais ativa na economia globalizada, não na condição apenas de consumidor, mas na condição de produtor.

Admiro, portanto, às reflexões do Professor Rodrigues Lopes, que são mais do que oportunas e mostram que é esse, realmente, o caminho. E imagino que hoje, no encontro dos economistas, isso possa ser aprofundado e – quem sabe? – possam dar a nós, pobres dirigentes de países, de formação limitada nas áreas econômicas, algumas luzes para que possamos seguir adiante neste caminho de uma integração produtiva, crescente, positiva, com uma aliança também crescente entre Brasil e Portugal.

Mas também gostaria de ressaltar aqui uma outra importância, uma outra coincidência importante entre Brasil e Portugal: estamos reformando o Estado, pelas razões já ditas há pouco, sob a égide da social-democracia. A meta a que nos propusemos no Brasil tem sido executada em Portugal, com um descortino histórico, por nomes como Mário Soares, Jorge Sampaio e Antonio Guterres. Social-democracia, social-liberalismo, sempre com ênfase na questão de uma visão do Estado que é bastante diferente daquilo que os seguidores do individualismo possessivo crêem no Estado mínimo. Não é esse o nosso caminho.

Estamos fazendo as reformas sob o sonho necessário, mais uma vez, da universalização dos benefícios sociais. Não estamos negando a herança ibérica, mas trabalhando sobre ela, longe de buscar a substituição do Estado pelo jogo exclusivo dos interesses privados. O que estamos realizando é a autêntica desprivatização do Estado, para afirmar com mais força o seu caráter público.

Não se está buscando outra coisa senão o objetivo da integração social que José Bonifácio tanto recomendou aos homens de seu tempo. Ele falava dos escravos. Nós falamos dos deserdados do campo e da cidade, que são milhões, inaceitáveis milhões. Eles são a única e imperativa razão que me faz clamar pela urgência das reformas.

Quero concluir retornando aos nossos intérpretes, sobretudo a Gilberto Freyre, mas também a Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu e a todos aqueles que souberam valorizar aquilo que me parece um dos maiores legados recebidos de Portugal – e que não foram poucos –: a língua e o território. Penso na plasticidade cultural e na nossa inestimável aptidão para compreender e assimilar a diferença. Sem ela, seríamos bem menos. Não teríamos desenvolvido a antropofagia que nos deu Aleijadinho, Machado de Assis, Villa-Lobos, os modernistas, a bossa-nova. Não teríamos, tampouco, gestado a Nação multiétnica que hoje somos, com contribuições sempre muito bem recebidas de todas as partes do mundo. Somos gratos a Portugal por nos dar a chave para o que temos de melhor: o povo e a cultura.

E já que estamos no Itamaraty, impõe-se uma nota final sobre a importância deste traço: a plasticidade ou o pluralismo cultural para

nossa inserção internacional. Plasmados, como fomos, por múltiplas influências, nossa essência é universalista. Não se espera que fiquemos alheios à sorte de região alguma do mundo e muito menos daquelas que partilham nossa gramática original, a nossa matriz ibérica. O mundo lusófono é o nosso mundo, do Tejo a Luanda, de Baía Cabrália a Díli. Se os sinos dobraram em Angola ou no Timor Leste, eles também dobraram por nós. O Brasil não faltará à sua lusitanidade após 500 anos de história.

Muito obrigado.